



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
ESTADO DE MINAS GERAIS

\*\*\*\*\*

PROJETO DE LEI N. 289/2023

**“Dispõe sobre o Programa de Busca Ativa – De Volta à Escola, para alunos em situação de infrequência, inaccess, exclusão ou evasão escolar e dá outras providências.”**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARAGUARI. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono, com base no art. 71, inciso III, da Lei Orgânica do Município, a seguinte Lei:

**Art. 1º** – Fica instituído o Programa de Busca Ativa – De Volta à Escola, para crianças, adolescentes e jovens fora da escola, em situação de infrequência, inaccess, exclusão ou evasão escolar, a ser implementado de acordo com os objetivos previstos nesta proposição.

**Art. 2º** – Para fins desta propositura, consideram-se fora da escola aqueles alunos que:

- I – não possuem acesso à unidade escolar;
- II – não estão matriculados devido a múltiplos fatores psico socioculturais;
- III – possuem acesso à unidade escolar e estão matriculados, mas não frequentam regularmente as atividades escolares;
- IV – abandonaram ou evadiram o sistema educacional;
- V – foram afetados por situação de calamidade pública, desastres ambientais, epidemias e/ou situação de crise sanitária com riscos à sua saúde e seus familiares e não participam de nenhum programa educacional oficial estruturado.

**Art. 3º** – São objetivos do Programa de Busca Ativa – De Volta à Escola:

- I – identificação das condições geradoras da perda de vínculo do aluno com a escola e dos mecanismos para auxiliar na sua prevenção;
- II – enfrentar a problemática de crianças, adolescentes e jovens, que estejam fora da escola o em risco de evasão no Município, através de protocolos de acoes intersetoriais e territoriais;
- III – promover ações para identificação, consolidação e localização de alunos fora da escola, por meio das estratégias de busca ativa por telefonemas, mensagens ou visitas diretas às famílias, e articulação intersetorial;
- IV – promover a articulação intersetorial das políticas públicas voltadas para o enfrentamento da questão do aluno fora da escola;
- V – promover a articulação entre as Secretarias de Educação, Trabalho e Ação Social, Saúde, entre outras, com foco na efetivação do direito à educação, através do acesso e permanência dos educandos nos equipamentos escolares e o fortalecimento da rede de proteção integral às crianças e adolescentes;
- VI – aprimorar e manter atualizado um cadastro unificado sobre a exclusão e evasão escolar, relacionando as informações das Secretarias de Saúde, Educação e Trabalho e Ação Social, bem como o Conselho Tutelar, Conselho Municipal de Educação e entidades da sociedade civil;

VII – garantir a formação e capacitação permanente de profissionais e gestores para atuação no desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais, transversais e intergovernamentais direcionadas à busca ativa de matrículas;

VIII – aprimorar a sistematização de diagnósticos situacionais e uma base de dados e indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a rede existente de cobertura de serviços públicos a crianças, adolescentes, jovens e adultos;

IX – desenvolver e incentivar ações de chamada pública para matrículas escolares, utilizando canais de comunicação diversos, considerando o público não leitor e portador de necessidade especiais;

X – garantir a realização de busca ativa local, nos bairros e residências de alunos evadidos, infrequentes ou fora da escola, de modo a iniciar o atendimento para reinserção escolar.

**Art. 4º** – O Programa de Busca Ativa – De Volta à Escola terá como princípios:

I – respeito à dignidade dos indivíduos que estão fora da escola e em risco de evasão e compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito, discriminação e exclusão social;

II – reconhecimento da criança, do adolescente e adultos como sujeitos de direitos, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e o Plano Municipal de Educação – Lei Municipal nº 4.404 de 09 de junho de 2015;

III – busca de equidade no acesso à educação;

IV – garantia da diversidade de tratamento das famílias para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos e alunas que apresentam diferentes necessidades;

V – respeitar as autonomias das crianças, adolescentes e jovens e seus familiares considerando o desejo de aprender e suas trajetórias de vida;


VI – valorizar as formas de expressão, do exercício da criatividade, da construção de identidades plurais e solidárias;

VII – garantia da proteção dos dados individuais do público-alvo do programa.

**Art. 5º** – O programa se constituirá como política pública permanente para o desenvolvimento de ações efetivas que impactem significativamente na redução das taxas de evasão e infrequência escolar.

**Art. 6º** – Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, em 17 de outubro de 2023.

  
\_\_\_\_\_  
Eunice Maria Mendes  
Vereadora Proponente

## **JUSTIFICATIVA**

Há um grande número de crianças e adolescentes que estão em situação de atraso escolar ou evadidas, infrequentes ou fora da escola.

Se o cenário de exclusão escolar já era desafiador para as redes públicas de ensino, medidas precisam ser adotadas pelo Poder Público para que os direitos previsto por Lei a todas crianças, adolescentes e jovens, sejam de fato contemplados. Mesmo passada a pandemia, o fenômeno da exclusão e infrequência escolar devem ser compreendidas como problema sistêmico, derivado das consequências da desigualdade social brasileira, que precisam ser enfrentados permanentemente, até que sejam definitivamente solucionados, como determina a Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira (1996) desdobrada nas metas do Plano Nacional de Educação (PNE,2014) e Plano Municipal de Educação.